

EDITAL DA LICITAÇÃO Nº 28/2021 - MODALIDADE PREGÃO 15/2021

O Município de São Bonifácio, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 82.892.340/0001-39, representado neste ato pelo Prefeito Municipal de São Bonifácio o **Senhor Laurino Peters**, através do **Pregoeiro Valter Scharf Filho**, designado pela Portaria nº. 045/2021, de 08/01/2021, levam ao conhecimento dos interessados que, na forma da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei 10.520, de 17/07/2002 e legislação complementar, farão realizar LICITAÇÃO na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** visando **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA AO MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO**, mediante as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

A presente licitação será do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, consoante às condições estatuídas neste Edital, e será regida pela Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

RECEBIMENTO E INÍCIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES "PROPOSTA" E "DOCUMENTAÇÃO":

Os envelopes de proposta e documentação deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizada na Sede deste Município - Avenida 29 de Dezembro, 12, Centro, São Bonifácio, SC.

Data: 12/05/2021

Horário de Credenciamento: 13:30 horas

Recebimento das Propostas até as: 13:50 horas

Abertura das Propostas: 14:00 horas

Se no dia supracitado não houver expediente, o recebimento e o início da abertura dos envelopes referentes a este Pregão serão realizados no primeiro dia útil de funcionamento da Prefeitura Municipal de São Bonifácio que se seguir.

1 - DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto a contratação de: **EMPRESA PARA ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA AO MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO, MEDIANTE AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.**

02 - AQUISIÇÃO DO EDITAL

2.1 - O presente edital encontra-se disponível para verificação por parte dos interessados no site www.saobonifacio.sc.gov.br, e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de São Bonifácio, no endereço citado no preâmbulo deste Edital.

03 - ACEITAÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

3.1 - Executado o contrato, o seu objeto será recebido nos termos do Artigo 73, da Lei n^o 8.666/93;

3.2 - A desconformidade do objeto às condições indispensáveis ao recebimento, sujeita a CONTRATADA às sanções previstas neste edital, no contrato e na legislação pertinente;

04 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1 - Podem participar da presente licitação pessoa jurídica, devidamente inscritos no Cadastro de Licitantes do Município de São Bonifácio, até três dias antes da data da abertura das propostas, marcada para recebimento dos envelopes com a documentação e propostas, com certificado fornecido pelo Município de São Bonifácio, válido na data de abertura desta licitação.

4.2 - Encontram-se impedidos de participar do presente certame as empresas e/ou pessoas interessadas que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei n^o 8.666/93;

4.3 - É vedada a participação de empresas em consórcio e empresas em regime de subcontratação;

05 - DO CREDENCIAMENTO

5.1 Quando a interessada for representada por pessoa que estatutariamente tenha poder para tal, esta deverá apresentar o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, a alteração contratual referente à mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como a última alteração, devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.

5.2 Caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração (podendo utilizar o ANEXO I como modelo) ou documento equivalente, contendo, obrigatoriamente, o número do respectivo RG - Registro Geral e/ou CPF/MF - Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, DEVENDO APRESENTAR, TAMBÉM, A MESMA DOCUMENTAÇÃO CONSTANTE DO ITEM DESTE CAPÍTULO, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

5.3 Os documentos de credenciamento de que tratam os itens 5.1 e 5.2, deverão vir FORA DOS ENVELOPES de documentação e proposta e ficarão retidos nos autos.

5.4 Os documentos devem apresentar prazo de validade, conforme o caso, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro.



6. ENVELOPES

6.1 - Para se habilitarem na presente licitação os interessados deverão apresentar os documentos, adiante relacionados, à comissão de Licitação, em data, hora e local estabelecidos no preâmbulo deste edital, em dois envelopes individualizados fechados e rubricados no fecho externo, contendo em sua parte frontal os seguintes dizeres:

- envelope contendo os relativos à Proposta de Preço:

**MUNICIPIO DE SÃO BONIFÁCIO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 28/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2021
(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)
(ENDEREÇO COMPLETO, COM TELEFONE/ FAX/ ENDEREÇO ELETRÔNICO)
ENVELOPE Nº. 01 - "PROPOSTA DE PREÇOS"**

- envelope contendo os documentos de Habilitação:

**MUNICIPIO DE SÃO BONIFÁCIO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 28/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2021
(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)
(ENDEREÇO COMPLETO, COM TELEFONE/ FAX/ ENDEREÇO ELETRÔNICO)
ENVELOPE Nº. 02 - "DOCUMENTAÇÃO"**

6.2 - A recepção dos envelopes far-se-á de acordo com o fixado neste edital, não sendo permitido atraso, mesmo que involuntário; considerando-se como horário de entrega o protocolado pelo Setor de Protocolo da Prefeitura.

7 - DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO

7.1 - O ENVELOPE I - "HABILITAÇÃO" deve conter documentos relativos à habilitação, compostos por:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Prova de Regularidade (Certidão Conjunta) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;
- d) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
- e) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF) em caso de pessoa jurídica.



- f) Prova de Regularidade com o Tribunal Superior do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - emitido pelo TST);
- g) Certificado de Registro Cadastral, emitido por este Município;
- h) Certidão Negativa de falência ou concordata (ESAJ e EPROC) expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a 30 dias antes da abertura do envelope de habilitação para este certame;
- i) Declaração da PROPONENTE, de que não pesa contra si, declaração de inidoneidade expedida por órgão da Administração Pública de qualquer esfera de governo, de acordo com o modelo constante do ANEXO VI;
- j) Declaração do licitante em papel timbrado e assinado pelo representante legal, informando que cumpre a proibição prevista no art.7º da CF – ou seja, de que não utiliza trabalho de menor de dezoito anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres, e de trabalho de menor de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz. Sugerimos o modelo apresentado no (ANEXO VII), em papel da própria empresa, contendo o carimbo ou impresso identificador do CNPJ/MF da firma proponente, assinadas por pessoa legalmente habilitada e que seja possível. (Identificar quem assinou).
- m) Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando que conhece e aceita o teor completo do edital, ressaltando-se o direito recursal, bem como de que recebeu todos os documentos e informações necessárias para o cumprimento integral das obrigações objeto da licitação. (ANEXO VII)
- n) Declaração de que nenhum dos sócios das empresas licitantes ocupem cargos políticos em nenhuma das esferas de governo (Municipal, Estadual e Federal) conforme artigo 54 da Constituição Federal, nos termos do modelo constante no ANEXO IX.
- o) Cópia da Cédula de Identidade e CPF;
- p) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores no caso de pessoa jurídica;
- q) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício no caso de pessoa jurídica;
- r) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- s) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- t) Cédula de identidade profissional (OAB) do responsável legal ou signatário da proposta;



- u) Comprovante de inscrição junto à Ordem dos Advogados do Brasil;
- v) Comprovante de registro de pelo menos 5 (cinco) anos da empresa junto à Ordem dos Advogados do Brasil;
- w) Comprovante de tempo de atividade jurídica de pelo menos 5 (cinco) anos no setor público e 2 (dois) anos em cargo com atividade jurídica;
- x) Prova de que ao menos um dos sócios da sociedade licitante seja pós graduado em qualquer das áreas do direito, mediante apresentação do diploma;
- y) Comprovante que a sociedade licitante seja composta por pelo menos 2 (dois) advogados em seu quadro de pessoal.

6.2 - Os documentos referidos no ítem 7, pertinentes a habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão de imprensa oficial.

8 - FONTE DE RECURSOS

8.1 - As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta de recursos alocados no orçamento fiscal do exercício de 2021, aprovado pela Lei n^o 1385/15, com a seguinte classificação:

1 – 10 – 3.3.90.36.06.00.00.00

9 - PROPOSTA COMERCIAL

9.1 - A PROPOSTA COMERCIAL - ENVELOPE I deverá ser elaborada considerando as condições estabelecidas neste edital e seus anexos e observar os seguintes requisitos (ANEXO II e III):

- a) o preço unitário e total;
- b) o preço deverá ser expresso em algarismos e por extenso;
- c) estar fixado prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da apresentação. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento;
- d) os preços, válidos na data de abertura da licitação, deverão ser cotados em Real, não se admitindo cotação em moeda estrangeira, nem tão pouco, previsão de reajuste;
- e) em envelope fechado e identificado.

9.2 - A apresentação da proposta em desconformidade com o estabelecido no ítem 8.1 implicará na sua desclassificação.



10 - FORMA E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

10.1 - A Proposta Comercial - ENVELOPE I deverá :

- a) ser datilografada ou impressa em uma via, sem emendas, rasuras ou entrelinhas nos campos que envolverem valores, quantidades e prazos, que possam comprometer a interpretação da proposta;
- b) estar assinada pela PROPONENTE, ou seu representante legal;
- c) conter a razão social, número do CPF/RG ou CNPJ e da Inscrição Estadual se for o caso, endereço completo e telefone.

11 - PROCEDIMENTO

11.1 - Serão abertos os Envelopes II, contendo a documentação pertinente à habilitação das PROPONENTES e procedida a sua apreciação;

11.2 - Considerar-se-ão inabilitadas as PROPONENTES que não apresentarem os documentos elencados no item 7.

11.3 - Os envelopes I, contendo a proposta comercial, serão devolvidos fechados às PROPONENTES consideradas inabilitadas, desde que não haja recurso ou após a sua denegação;

11.4 - Serão abertos os Envelopes I, contendo as propostas comerciais, das PROPONENTES habilitadas, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos;

11.5 - Verificar-se-á a conformidade de cada proposta com os requisitos do presente edital, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis;

11.6 - Julgamento e classificação das propostas de acordo com o estabelecido no item 14 deste Edital.

12 - CONDIÇÕES, COMPENSAÇÕES E ANTECIPAÇÕES DE PAGAMENTOS

12.1 - Os pagamentos serão efetuados até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente após execução dos serviços e emissão da nota fiscal.

13 - PREÇO

13.1 - Será desclassificada a proposta cujo valor cotado seja considerado manifestamente inexequível, calculada na forma estabelecida no § 1º do Art. 48 da Lei 8.666/93.

14 - JULGAMENTOS DA PROPOSTA COMERCIAL



14.1 - A presente licitação será julgada pelo critério de menor preço, por mês;

14.2 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666/93, a classificação se fará por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados.

15 - ADJUDICAÇÃO

15.1 - O objeto da presente licitação será adjudicado à PROPONENTE que atendendo a todas as condições expressas neste edital e seus anexos, for classificada em primeiro lugar de acordo com o critério de julgamento estabelecido no item 14.

15 - RECURSOS ADMINISTRATIVOS

16.1 - Às PROPONENTES é assegurado o direito de petição, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/93, objetivando a defesa de seus interesses na licitação, em requerimento formulado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, nos termos da Lei;

16.2 - Interposto o Recurso, será comunicado aos demais licitantes que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

16.3 - O Recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do Recurso.

17 - DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - É admitida a participação ativa de apenas um representante especificamente designado, de cada PROPONENTE nas reuniões da presente licitação;

17.2 - A Comissão de Licitação poderá solicitar, a seu critério, esclarecimentos e informações complementares ou efetuar diligências, caso julgue necessário, sendo vedada a inclusão posterior de documentos que deveriam constar originariamente das propostas;

17.3 - O Município de São Bonifácio se reserva o direito de anular ou revogar, a presente licitação, de acordo com o estatuído no artigo 49 da Lei nº 8.666/93;

17.4 - Não serão aceitos documentos ou propostas enviadas por telex e/ou fac-símile;

17.5 - O Município de São Bonifácio se reserva o direito de adquirir apenas parte do objeto ora licitado;



ESTADO DE SANTA CATARINA
Município de São Bonifácio
Comissão Permanente de Licitação

17.6 - Das sessões públicas serão lavradas atas, as quais serão assinadas pelos membros da Comissão de Licitação e pelas proponentes presentes, com registro detalhado de todas as ocorrências;

17.7 - O prazo de execução é até o dia 31 de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado a critério do Município, até o limite máximo previsto na Lei de Licitações.

17.8 - Esclarecimentos sobre o conteúdo do edital, somente serão prestados quando solicitados por escrito, encaminhado ao Presidente da Comissão de Licitação, com endereço à Avenida 29 de Dezembro, 12, São Bonifácio, CEP 88.485-000.

São Bonifácio, 30 de Fevereiro de 2021.

Laurino Peters
Prefeito Municipal



ESTADO DE SANTA CATARINA
Município de São Bonifácio
Comissão Permanente de Licitação

ANEXO I

EDITAL DA LICITAÇÃO Nº 28/2021 - MODALIDADE PREGÃO 15/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA AO MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO

PROCURAÇÃO

<RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO>, por meio de <nome completo do representante legal, RG, CPF e qualificação na empresa>, constitui como suficiente PROCURADOR o Sr. <nome completo, RG, CPF>, outorgando-lhe poderes gerais para representar a referida empresa na Licitação <modalidade, número/ano>, outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances e praticar demais atos necessários ao procedimento licitatório.

<Cidade/Estado>, <data>.

<nome completo do representante legal e qualificação na empresa>



ANEXO II

EDITAL DA LICITAÇÃO Nº 28/2021 - MODALIDADE PREGÃO 15/2021

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA/PESSOA FISICA:

Razão Social/Nome: _____
Nome de Fantasia: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Município: _____
Estado: _____ CEP: _____ Fone/Fax: _____
CNPJ/CPF _____
Inscrição Estadual: _____
Inscrição Municipal: _____

2. CONDIÇÕES DA PROPOSTA:

Prazo de validade da proposta: 60 dias.

(prazo mínimo: 60 (sessenta) dias).

Prazo de Execução: IMEDIATO .

(máximo 05 dias da entrega da Autorização de Fornecimento)

3. DECLARAÇÃO:

Declaramos, para os devidos fins, que nesta proposta estão inclusos todos os impostos, taxas, fretes, seguros e encargos sociais e trabalhistas.

Assinatura e Carimbo
Representante da empresa



ANEXO III

PROPOSTA

EDITAL DA LICITAÇÃO Nº 28/2021 - MODALIDADE PREGÃO 15/2021

Empresa/Pessoa Física: _____

ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA AO MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO, compreendendo nos seguintes serviços:

- a) Elaboração redacional de minutas de decretos, portarias, editais e demais atos da Administração Pública;
- b) Elaboração redacional de minutas contratos ajustes, acordos, convênios e consórcios administrativos firmados pela Prefeitura Municipal de São Bonifácio;
- c) Elaboração de minutas de consultas junto ao TCM e TCU de interesse da Prefeitura Municipal de São Bonifácio;
- d) Acompanhamento de processos administrativos e judiciais que envolvam o município de São Bonifácio; Elaboração redacional de minutas de mensagens e anteprojetos de lei de autoria do Poder Executivo Municipal, dentro de sua área de competência; e
- e) Defesa judicial de interesse do Município incluindo participação em realização de audiências e comparecimento nos tribunais e juízos;
- f) Defesa em matéria administrativa junto ao INSS e a Secretaria Da Receita Federal Do Brasil, bem assim, no Tribunal De Contas Dos Municípios, incluindo o comparecimento a reuniões e audiências de interesse do município;
- g) Atender a consultas do Secretário Municipal ou de servidores designados sobre matérias de interesse da administração municipal, devendo o serviço ser prestado de forma presencial de no mínimo 04 horas semanais, podendo as demais consultas sê-las por telefone, fax, e-mails;
- h) Comparecer semanalmente na sede do Município de São Bonifácio, pelo período mínimo de 04 horas, para inteirar-se sobre a rotina e os trabalhos a serem desenvolvidos;
- i)

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QUANTIDADE (ATÉ DIA 31/2021)	VALOR MÁXIMO	VALOR TOTAL
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA AO MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO	MENSAL	08		

TOTAL=
TOTAL POR EXTENSO EM R\$: (_____)

Local/Data: _____,de.....de.....

.....
Assinatura



ANEXO IV

EDITAL DA LICITAÇÃO Nº 28/2021 - MODALIDADE PREGÃO 15/2021

Objeto deste Processo Licitatório.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UN.	QUANTIDADE (ATÉ DIA 31/2021)	VALOR MÁXIMO	VALOR TOTAL
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA AO MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO.	MENSAL	08	5.500,00	44.000,00



ANEXO V

1. DADOS BANCÁRIOS

NOME DO BANCO: _____

CIDADE: _____

AGÊNCIA: _____ N.º DA CONTA CORRENTE: _____

TITULAR DA CONTA CORRENTE: _____

2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO: _____

CARGO OU FUNÇÃO: _____

IDENTIDADE N.º : _____

CPF/MF N.º : _____



ANEXO VI

DECLARAÇÃO

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de São Bonifácio, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 15/2021, Processo nº 28/2021, que não fomos declarados inidôneos para licitar com o Poder Público, em quaisquer de suas esferas.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

_____, de ____ de _____ de 2021.

.....
(representante legal)



ANEXO VII

DECLARAÇÃO

EDITAL DA LICITAÇÃO Nº 28/2021 - MODALIDADE PREGÃO 15/2021

....., inscrito no CNPJ n.º, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a).....portador(a) da Carteira de Identidade n.º..... e do CPF.....,DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
(data)

.....
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



ANEXO VIII

EDITAL DA LICITAÇÃO Nº 28/2021 - MODALIDADE PREGÃO 15/2021

DECLARAÇÃO

(NOME DA EMPRESA), CNPJ nº....., sediada (endereço completo), declara, sob as penas da lei, de que conhece e aceita o teor completo do edital, ressaltando-se o direito recursal, bem como de que recebeu todos os documentos e informações necessárias para o cumprimento integral das obrigações objeto da licitação.

.....de.....de 20....

Nome e número da identidade e CPF do declarante
(representante legal da empresa)



ANEXO IX

EDITAL DA LICITAÇÃO Nº 28/2021 - MODALIDADE PREGÃO 15/2021

DECLARAÇÃO

Empresa:....., inscrito no CNPJ n.º
....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)
....., portador(a) da Carteira de Identidade n.º.....e do
CPF....., DECLARA, que nenhum dos sócios da empresa licitante ocupam
cargo político em nenhuma das esferas de governo (Municipal, Estadual e Federal) conforme
artigo 54 da Constituição Federal.

Local/Data:,de.....de.....

.....
Assinatura e Carimbo Representante da Empresa



ANEXO X

CONTRATO N ° 00/2021

Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO, Estado de Santa Catarina, sito a Avenida 29 de Dezembro n ° 12, inscrita no CGC/MF 82892340/0001-39, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, senhor Laurino Peters, doravante denominada simplesmente de MUNICÍPIO e, brasileiro(a), casado(a), portador do CPF n°, RG n° - SSP/SC, residente e domiciliado a, doravante denominado(a) simplesmente de CONTRATADO, em decorrência do processo de licitação n° 28/2021 - PREGÃO PRESENCIAL n° 15/2021, homologado em .../.../2021, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei n ° 8.666 de 21/06/1993 e atualizações posteriores , ao edital antes citado, à Proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - É objeto do presente contrato a contratação de

1.2 - O contratado declara possuir condições de executar o objeto deste Contrato dentro das normas técnicas vigentes.

1.3 - Os serviços deverão ser executados junto a

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

2.1 - Fazem parte deste Contrato, independentemente de transcrição, os seguintes documentos: Normas e Especificações da ABNT, Proposta da Contratada, Pregão Presencial n° 04/2017, além das normas e instruções legais vigentes, que lhe sejam aplicáveis.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1 - O objeto do presente contrato será realizado sob a forma de prestação de serviços, com jornada de trabalho

4 - CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - O preço unitário e total a ser pago pela prestação dos serviços é de R\$ (.....), por mês.

4.2 - Os pagamentos ocorrerão sempre até o décimo quinto (15º) dia após a execução dos serviços e acompanhado da respectiva nota fiscal, descontados dos valores de INSS, IRRF e ISS, se for o caso.



4.3 - Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de valor ou correção monetária.

4.4 - O preço do pagamento será o constante no item 4.1, deste instrumento.

5 - CLÁUSULA QUINTA - DA COMUNICAÇÃO DO PAGAMENTO

5.1 - No ato do término dos pagamentos à contratada, oriunda deste contrato, o Município, pelo seu serviço de contabilidade, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos à contratada.

6 - CLÁUSULA SEXTA - DAS DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

6.1 - As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente, cuja fonte de recursos tem a seguinte classificação:

.....

7 - CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA

7.1 - O prazo de vigência é até o dia 31 de Dezembro de 2021.

7.2 - O início da vigência do presente instrumento é .../.../.....

7.3 - O presente contrato pode ser prorrogado até o limite permitido pela legislação vigente, se o interesse público o exigir.

8 - CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - A inexecução contratual, parcial ou total, submeterá o responsável às penalidades previstas no artigo 87 da Lei 8.666/93, na suspensão temporária da participação em Licitações e impedimento de contratar com o Município pelo prazo de dois (02) anos e multa de 20% (vinte por cento) do valor contratado.

9 - CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DA CONTRATADA

O CONTRATADO se obriga a:

9.1 - Pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato.



9.2 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

9.3 - Assinatura do contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da data da convocação.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PRERROGATIVAS DO MUNICÍPIO

Neste contrato, é conferido ao Município as prerrogativas de:

10.1 - Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades dos interesses públicos, respeitados os direitos da contratada;

10.2 - Rescindi-lo, unilateralmente, nas hipóteses da cláusula 12;

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas:

11.1 - Unilateralmente, pelo Município;

11.1.1 - Quando houver modificações, para melhor adequação aos seus objetivos.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

O presente contrato poderá ser rescindido:

12.1 - De forma amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo de processo de licitação, desde que haja, com precedência, autorização escrita e fundamentada do Prefeito Municipal e conveniência para o Município.

12.2 - Por ato unilateral e escrito do Município, desde que motivado e assegurado o contraditório, ampla defesa e precedido de autorização escrita e fundamentada do Prefeito Municipal e com base nos seguintes motivos:

12.2.1 - O não cumprimento pela Contratada de cláusulas contratuais;

12.2.2 - O cumprimento irregular pela Contratada de cláusulas contratuais;

12.2.3 - Razões de interesse público, invocadas pelo Município, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Prefeito Municipal e exaradas no processo administrativo a que se refere este contrato;

12.2.4 - A ocorrência, invocada pelo Município, de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada e impeditiva da execução deste contrato.

12.3 - Por ato da Contratada, desde que não tenha concorrido para a rescisão, garantido o contraditório, ampla defesa e quando o Município:



- 12.3.1 - Não cumprir cláusulas deste contrato;
- 12.3.2 - Cumprir irregularmente cláusulas contratuais;
- 12.3.3 - Alegar razão, de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificado e determinado pelo Prefeito Municipal e exarado no processo licitatório;

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO CONTRATO

13.1 - A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que este, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

13.2 - A nulidade não exonera o Município do dever de indenizar a contratada pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada; e por outros prejuízos, regularmente comprovados, contando que não lhe sejam imputáveis, cabendo ao Município promover a responsabilidade de quem deu causa à nulidade.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Ao contratado cabe:

14.1 - Recurso ao Prefeito Municipal, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, nos casos de:

- 14.1.1 - Rescisão de contrato pelo Município, pelo não cumprimento de cláusulas contratuais.
- 14.1.2 - Aplicação pelo Município das penalidades de advertência, suspensão temporária ou de multa.

14.2 - Representação ao Prefeito Municipal, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, na intimação relacionada com o objeto deste contrato, de que não caiba recurso.

14.3 - A intimação, na hipótese do item 14.1 será feita mediante publicação na imprensa oficial; nos demais casos, pessoalmente.

14.4 - O Prefeito Municipal, justificadamente e presentes razões de interesse público, poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso.

14.5 - O recurso será dirigido ao Prefeito Municipal que proferirá a decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

14.6 - Nenhum prazo, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao contratado.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VINCULAÇÃO DO PREGÃO

Este contrato vincula as partes ao PREGÃO PRESENCIAL nº 15/2021.



16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

As partes elegem o FORO da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz para dirimir qualquer questão contratual com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado.

17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

17.1 - Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos as normas da Lei n^o 8.666, de 21/06/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim acordados e ajustados, MUNICÍPIO E CONTRATADO assinam este Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

São Bonifácio, de de 2021.

Laurino Peters
Prefeito Municipal
MUNICÍPIO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS: